

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2022/2023 do Instituto da Defesa Nacional

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 03 de novembro de 2022

Quero começar por expressar o meu agradecimento ao Sr. Presidente da República, que muito nos honra com a sua presença, pela primeira vez, na abertura solene de mais um ano académico no Instituto da Defesa Nacional.

Prosseguindo a sua missão de apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, **o IDN tem contribuído ao longo dos seus 47 anos de existência para a construção de uma comunidade de estudos estratégicos, em constante ligação com diversas áreas da sociedade.** Hoje assinalamos o início oficial de mais um novo ciclo de estudos, de investigação e de divulgação das questões de segurança e defesa, que, estou certa, reforçará o percurso de excelência consolidado até agora.

Este trabalho, que se renova e se intensifica anualmente, só tem sido possível graças à dedicação e empenho de todas e todos os que aqui trabalham, bem como daqueles que colaboram com as suas iniciativas de forma regular. Os resultados alcançados através das inúmeras publicações, cursos e conferências ajudam a valorizar a **diversidade de pensamento e a pluralidade de ideias na Defesa Nacional.**

Permitam-me reafirmar que esse contributo continua tão atual e tão necessário como sempre. À comunidade do IDN aqui presente, aos atuais e antigos colaboradores, aos antigos e novos Auditores, aos civis e aos militares interessados nestas matérias, saibam que a vossa **função enquanto agentes multiplicadores e inovadores na sociedade portuguesa relativamente aos temas e valores que nos norteiam,** é algo que muito valorizamos e que queremos continuar a promover.

É por isso que, no início de mais um ano académico, julgo importante assinalar algumas das **principais transformações que devem continuar a merecer a atenção do IDN e do conjunto da Defesa Nacional.**

Inevitavelmente, **a guerra que decorre no Leste europeu marca qualquer avaliação que façamos do contexto internacional.** A invasão ilegal e injusta da Ucrânia pela Rússia, constituiu um ataque frontal aos princípios basilares do sistema internacional e tem exigido uma atenção sem paralelo, quer pela destruição causada, quer pelas suas múltiplas repercussões no continente europeu e em todo o mundo. As consequências geopolíticas decorrentes deste conflito têm sido consideráveis, exemplificadas pela **resiliência e coesão da União Europeia e da NATO face à ameaça russa**, e devidamente expressas em novos documentos orientadores, como a Bússola Estratégica ou o novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica.

A este respeito, a reação e o apoio dos Portugueses tem sido exemplar. Salientaria apenas alguns resultados do relatório “Tendências Transatlânticas” com base numa sondagem realizada recentemente em 14 países, e que demonstram bem de que lado estamos: **65% dos Portugueses inquiridos consideram o papel da NATO como muito importante no atual contexto securitário**, ao passo que **69% consideram a UE como muito importante para a segurança nacional**. Ainda mais relevante é o facto de **90% apoiarem de forma esmagadora a adesão da Finlândia e da Suécia à NATO**. Estes dados revelam um apoio nacional resolutivo à Ucrânia, mas cuja manutenção dependerá da forma como enfrentemos campanhas de desinformação que visam distorcer factos e narrativas sobre o curso da guerra, assim como a responsabilidade da Rússia pelas suas consequências.

Perante estes desenvolvimentos, importa também reafirmar que Portugal mantém imperativos de soberania e segurança, dentro e

fora do território nacional. Nesse âmbito, **a participação das nossas Forças Armadas no exterior continua a gerar elevado prestígio e reconhecimento.** E prova disso é o facto de **termos atualmente, pela primeira vez, três Oficiais Gerais no Comando de Missões ou Forças Internacionais, em simultâneo, designadamente as missões da União Europeia em Moçambique, na República Centro-Africana e no Oceano Índico.**

Esta coincidência no tempo é algo que nos deve orgulhar, mas é algo que também nos deve responsabilizar enquanto **coprodutores de segurança internacional de confiança para os nossos Aliados e Parceiros.** Devemos, assim, procurar manter os pressupostos de base da política de defesa nacional, ao mesmo tempo que identificamos novas oportunidades para contribuir.

Essas oportunidades passam, por um lado, por **permanecer vigilantes a quaisquer necessidades que possam surgir no Leste europeu, no âmbito do reforço da coesão da Aliança Atlântica,** ao mesmo tempo que contribuímos para uma abordagem de 360º à segurança com um olhar atento a Sul. Passam também, por outro lado, por uma **participação ativa na futura Missão de Assistência Militar da União Europeia à Ucrânia.**

Estes compromissos deverão suscitar uma **combinação de todos os ativos da Defesa Nacional e das Forças Armadas, com base numa perspetiva racionalizada, coerente e holística,** sendo esta a principal orientação constante da **Diretiva para o Planeamento das Forças Nacionais Destacadas** que emiti na semana passada.

Este esforço será necessariamente sujeito a uma reavaliação constante com base na evolução dos contextos políticos e

económicos em que nos movemos. Mas todos aqui presentes estão cientes que **a despesa em defesa é um investimento na soberania, e na segurança de Portugal e dos portugueses, dos nossos Aliados, e dos nossos Parceiros.**

Parte deste investimento é integralmente assegurado pela proposta de Orçamento de Estado para 2023, que será amanhã devidamente discutido na especialidade. Outra parte é orientado pela **Lei de Programação Militar**, enquanto principal instrumento para modernização das capacidades militares nacionais. A **sua revisão, atualmente em curso, procurará colmatar lacunas e promover a modernização das Forças Armadas.**

Senhor Presidente da República, minhas senhoras e meus senhores

Na encruzilhada de prioridades internas e externas, o **IDN permanecerá uma instituição de charneira, responsável por promover uma maior aproximação da Defesa Nacional à sociedade, com base numa cultura estratégica que diga respeito a todas e a todos.** Quero por isso deixar aqui o meu sincero agradecimento à atual equipa, na figura da sua Diretora, a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, pela forma exemplar como tem sabido alimentar uma ligação profunda à sociedade portuguesa.

Destacaria tão somente **duas áreas** onde esse esforço tem sido evidente mais recentemente.

Em primeiro lugar, através da promoção dos valores associados às matérias de segurança e defesa no sistema educativo nacional por via do **Referencial da Educação para a Segurança, Defesa e Paz**, e

em estreita colaboração com a Direção-Geral de Educação e outras áreas governativas. Há cerca de duas semanas, celebrámos, aliás, a **assinatura de 21 novos protocolos para a implementação** do Referencial com todos os municípios do Distrito de Santarém.

O sucesso deste esforço concertado entre o Governo, as autarquias e agrupamentos escolares – e que conta já com um total de 137 protocolos – tem despertado um interesse generalizado pela sua expansão. **Em 2023, iremos assim avançar pela primeira vez com a implementação do Referencial nas Regiões Autónomas, nomeadamente com os municípios, escolas e centros de formação dos Açores**, um esforço para o qual contaremos, uma vez mais, com a experiência e valiosos contributos do IDN.

Em segundo lugar, realço o **processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, já em curso**. Este documento estruturante será uma peça vital para a nossa atuação futura. O ciclo de eventos que o IDN se encontra a organizar por todo o país, já mencionados pela Sra. Diretora, e que integram também o programa da **IV edição do Seminário de Defesa Nacional** a ter lugar a 18 de novembro, representa um contributo chave para **assegurar a apropriação nacional desta reflexão**, reforçando a legitimidade do documento final que venha a ser apresentado.

À medida que este ano termina e que o próximo se inicia, estaremos certamente ocupados, mas confiantes de que com o contributo de todas e todos, incluindo o dos futuros Auditores do Curso de Defesa Nacional aqui presentes, **avançaremos de forma mais sólida na reafirmação da Defesa Nacional como uma área de soberania** primordial para o nosso futuro coletivo. Muito obrigada.